

DO ROMPER DA CERCA AO ACESSO À TERRA: RESGATE E REGISTRO DOS CAMINHOS PERCORRIDOS PELAS FAMÍLIAS PIONEIRAS DA COMUNIDADE AGRÁRIA 21 DE DEZEMBRO, DESCALVADO-SP

Ana Carolina Hepe Teixeira¹

Henrique Carmona Duval²

Maria Cristina dos Santos Bezerra³

Resumo: Este texto foi produzido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, a ser apresentado em agosto de 2011, como requisito principal para a formação no curso de Pedagogia da Terra/UFSCar. O trabalho tem como principais objetivos resgatar e registrar a trajetória de um grupo de famílias na busca por um pedaço de terra, desde a primeira ocupação, em 1999, até o momento em que foram consideradas assentadas pelo INCRA, no ano de 2006. Teve-se como princípio metodológico dar ênfase à importância do resgate da memória coletiva com as cinco das seis famílias pioneiras, para que fosse possível a coleta das histórias e o registro dos caminhos percorridos. Nestas entrevistas, buscamos os fatos marcantes desta caminhada de luta pela terra, quais os aprendizados adquiridos desde a organização para as ocupações, na vivência nos acampamentos, quais as dificuldades encontradas por elas desde a primeira ocupação até a apropriação de um lote de terras, como foi a relação das famílias com os diversos contatos com órgãos políticos, religiosos, sindicais até os dias de hoje e em que esta formação beneficiou ou não as famílias.

¹Graduanda em Pedagogia da Terra na UFSCar/São Carlos.

²Doutorando em Ciências Sociais no IFCH/UNICAMP e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/UNIARA.

³Doutora em Educação pela UNICAMP e Professora Adjunta no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos DED/UFSCar.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Luta pela Terra; História/Memória Coletiva; Educação Não-escolar.

Abstract: *This text summarizes the contents of the Graduate Level Research Paper, which will be presented in August, 2011 as a major UFSCar graduation requirement in Land Use Pedagogy. The main purpose of this study was to investigate and gather information seeking to recover and record them through the reconstruction of the trajectory of a group of families during their struggle for a plot of land, since 1999 when they first occupied the land until they were in fact recognized by INCRA as settled families in 2006. The methodological approach of this work emphasized the importance for the recovery of collective memory from five among six pioneer families to allow data collection using oral history research to record their historical trajectories. Through these interviews, there was an attempt to highlight the key events in the struggle for land, learning acquired through the organization for land occupation, their experience of living in rural settlements, the difficulties they had to overcome since they first occupied the land until they gained the rights to a plot of land, family relationship between various political, religious, and trade union bodies until these days, and the extent that families might have been benefitted or not from these experiences.*

Keywords: *Rural Settlements; Struggle for Land; History/Collective Memory; Non-school Education.*

Introdução

Então por que valeu a pena? Porque a gente teve um sonho, acreditou nesse sonho, e hoje esse sonho está realizado. Estou aqui contando essa história porque tive esperança e fé.⁴

Este texto foi produzido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, a ser

⁴Fala registrada durante uma das entrevistas feitas com os participantes da trajetória de luta pela terra desde 1999.

apresentado em agosto de 2011, como requisito principal para a formação no curso de Pedagogia da Terra/UFSCar. O trabalho tem como principais objetivos resgatar e registrar a trajetória de um grupo de famílias na busca por um pedaço de terra, desde a primeira ocupação, em 1999, até o momento em que foram consideradas assentadas pelo INCRA, no ano de 2006.

Teve-se como princípio metodológico dar ênfase à importância do resgate da memória coletiva com as cinco das seis famílias pioneiras⁵, para que fosse possível a coleta das histórias e o registro dos caminhos percorridos. Nestas entrevistas, buscamos os fatos marcantes desta caminhada de luta pela terra, quais os aprendizados adquiridos desde a organização para as ocupações, na vivência nos acampamentos, quais as dificuldades encontradas por elas desde a primeira ocupação até a apropriação de um lote de terras, como foi a relação das famílias com os diversos contatos com órgãos políticos, religiosos, sindicais até os dias de hoje e em que esta formação beneficiou ou não as famílias.

Procurou-se, nesta pesquisa, apontar a importância do registro desta história, tanto para as famílias que vivenciaram este processo de conquista da terra, quanto para a divulgação da luta pela conquista da terra dentro do projeto de Reforma Agrária implantado no Brasil, especificamente deste grupo de famílias inseridas neste projeto de assentamento.

MEMÓRIAS VIVAS: o lugar dos sujeitos na história

...registrar as histórias de assentamentos significa manter viva a memória histórica de todos aqueles e aquelas que já conquistaram a terra e que precisam continuar lutando pela Reforma Agrária e pela transformação social.
Schewndler e Guerke

No decorrer dos sete anos de busca pela terra, as seis famílias pioneiras vivenciaram vários momentos bons e ruins até a obtenção de um lote de terra e

⁵A pesquisa abordou para as entrevistas cinco das seis famílias pioneiras, pois o representante da sexta família não se dispôs a participar. São consideradas pioneiras nesse assentamento porque permaneceram no mesmo grupo desde as primeiras ocupações de terras que resultaram na conquista do mesmo.

adquiriram grande experiência em suas vivências. Em vista disso, o resgate e registro desta história/memória vivenciadas por elas é de muito valor para o assentamento em si e para a sociedade como um todo.

A importância disto consiste no fato de divulgar as dificuldades enfrentadas por uma família para ser assentada, os relacionamentos com outros atores sociais e os vizinhos do assentamento e registrar esta história – contada pelos próprios participantes do processo – para que as gerações futuras re-conheçam a luta social de seus familiares. É neste sentido que podemos justificar a relevância deste resgate e registro desta história para a Comunidade Agrária 21 de Dezembro, pois, apesar de a memória deste grupo estar viva pela oralidade, a escrita da mesma é fundamental para que esta história se mantenha viva e lembrada.

Le Goff (apud LUCINI, 2007) afirma que o surgimento da escrita está ligado à transformação da memória coletiva. Assim, Lucini (2007) defende que, com o aparecimento da escrita, a memória possibilitará e promoverá a sua permanência em duas formas: a expressão e a manutenção. A primeira forma se refere à comemoração, à celebração dos acontecimentos importantes e determinantes da história de um povo. A segunda refere-se à inscrição de um fato, um ato ou acontecimento que deverá se perpetuar em um documento.

Contudo, a autora ressalta que as duas formas, de comemoração e de documentação, devem caminhar juntas para que perpetuem a permanência da memória. Para a autora, a escrita é um poder que pode ser democratizado, transformando-se numa ferramenta importante não somente para um determinado grupo social, mas como também para os grupos que tiveram suas memórias silenciadas nas páginas da história (LUCINI, 2007).

Neste sentido, salienta que o suporte da memória são os "símbolos que lembram e materializam a trajetória" (LUCINI, 2007, p.88) de um grupo, assim, a "memória é materializada no espaço", e quando socializada e materializada cumpre três importantes funções: de identidade, de relação e de história. Assim sendo, a memória concretizada nos símbolos, sempre plenos de significados para o homem do campo, contribui para a formação dos sujeitos Sem Terras.

A autora defende que:

Conhecer como um determinado grupo social organiza seu conhecimento sobre o passado, quais os elementos e práticas presentes na construção/reconstrução de sua identidade, para si e para os outros (...), implica abordarmos as memórias constituintes dessa identidade que, narradas e renarradas aos diferentes

indivíduos e gerações, possibilitam compreender como esse grupo tornou-se o que é (LUCINI, 2007, p. 89) [grifos dos autores].

Para que fosse possível a compreensão do que é memória, como ela age, como se constitui, o que a compõe, o que ela lembra e o que ela esquece, Lucini faz referência à Ricoeur, e afirma que as respostas para estas indagações podem ser buscadas tanto nos elementos exteriores aos seres humanos, ou seja, nos símbolos, em suas narrativas, nas comemorações, como também na constituição humana interior, "(...) no foro íntimo do ser em relação aos artefatos que produzem e sustentam as lembranças e os esquecimentos, que são também sociais." (LUCINI, 2007, p. 92). Neste sentido, a memória não existiria sem os aportes materiais e estes não valeriam se não tivéssemos do que lembrar e porque lembrar.

Lucini (2007) resume as considerações sobre a história da memória e seus significados, embasando-se na obra de Le Goff "História e Memória", na qual o autor possibilita a reflexão acerca dos percursos da memória em diferentes contextos, o que viabiliza pensarmos a memória historicamente situada e permitenos compreendê-la "em suas permanências e reelaborações", pois:

(...) os lugares ocupados pela memória na história nem sempre se sucedem. Ao contrário, coexistem, variando o grau (...) em relação às permanências e reelaborações da estrutura das sociedades, suas determinações políticas, econômicas, sociais e culturais, manifestas nas representações sociais da memória e expressas no ato narrativo. (LUCINI, 2007, p. 92 e 93).

Portanto, a memória centralizada na oralidade, muito presente nas sociedades sem escrita, cumpre um papel transmissor de conhecimentos considerados secretos e a vontade de manter viva as memórias, mais no sentido formador do que repetitivo. Pois, conforme afirma a autora, a oralidade é um elemento constitutivo tanto da memória individual quanto coletiva:

(...) pela narrativa do passado permanece e é reelaborada, atualizada pelo ato narrativo de quem narra, e também de quem recebe. Independente do conteúdo, mas em relação com a narração, a oralidade produz conhecimentos e saberes que compõem a formação das gerações, na tessitura temporal da identidade dos indivíduos e das coletividades (LUCINI, 2007, p.94).

Assim, "... registrar as histórias de assentamentos significa manter viva a

memória histórica de todos aqueles e aquelas que já conquistaram a terra e que precisam continuar lutando pela Reforma Agrária e pela transformação social" (SCHEWENDLER; GUERKE, 2003 apud LUCINI, 2007), daí a necessidade de escrever esta história para que ela não se perca no tempo, pois, apesar da importância da oralidade para a manutenção da memória, segundo Brandão (2001):

Palavras ditas voam com o vento, dizem os ditados em várias línguas. Mas as escritas ficam [...] e se multiplicam, como uma benção, como uma praga. Depois de grafadas elas permanecem gravadas e fixam as minhas palavras. Elas ganham o poder repartido desigualmente em nossas culturas ocidentais, de perenizar no tempo os meus pensamentos: o que eu disse por escrito sobre o que eu penso; [...] com o que imagino; [...] porque eu creio; [...] com o que sinto; [...] o que eu repito porque assim me disseram. (BRANDÃO, 2001, p. 20).

Conforme afirma Lucini (2007) a memória é materializada no espaço, em que marca, delimita, circunscreve o passado para não esquecer e permitir que o lugar conte por suas marcas a história aos predecessores, ou seja, que o lugar possa oferecer às gerações futuras o suporte material das memórias de um grupo social. Pois:

(...) memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja a memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1996, p. 476).

Portanto, a memória coletiva é também um instrumento de poder que a classe trabalhadora herda de suas experiências vividas e que deve ser escrita para que mais tarde possa ser conhecida e fazer parte da história das pessoas, ou seja, a memória é "... uma atualização do passado ... e é também o registro do presente para que permaneça como lembrança". (CHAUÍ apud ANDRIOLI [et all] 2006, p. 65). Assim, nas palavras de Le Goff (1996), a memória procura salvar o passado para servir o presente e o futuro e, neste sentido, devemos tratar a memória coletiva de forma que ela sirva para a libertação e não servidão dos homens.

O ROMPER DAS CERCAS: vivências formadoras dos caminhantes da luta pela terra

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único representante.
Carlos Rodrigues Brandão

Nesta parte, buscaremos compreender a educação em seu sentido mais abrangente, uma educação que esteja presente além dos muros de uma escola, ou seja, tratamos neste texto de uma educação formadora que também está presente nos processos de luta pela terra. Assim, pensar e discutir a educação não-escolar, é um grande desafio lançado.

Brandão, em sua fala referenciada acima, nos introduz ao debate sobre as várias formas de educação presentes em nossa sociedade e nas diversas relações sociais. Pois, assim como afirma o mesmo autor, ninguém escapa da educação, seja na igreja, na escola, casa ou na rua e, de um jeito ou de outro, nos envolvemos com ela, para aprender, ensinar e/ou para aprender-e-ensinar "... Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações." (BRANDÃO, 2007, p. 7). Assim, podemos incluir nesta ampla lista de relações sociais, que formam e educam, os acampamentos dos trabalhadores que lutam pelo acesso à terra e, portanto, os movimentos sociais que contribuem na organização das famílias.

A LDB de 1996, em seu primeiro artigo declara que "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." (LDB, 1996, artigo 1º). Portanto, nesta parte do texto, com mais prioridade, buscaremos trazer à tona os processos educativos construídos nos caminhos da luta pela terra e pela reforma agrária, especificamente na trajetória das cinco famílias inseridas nesta luta desde 1999, que atualmente são assentadas na Comunidade Agrária 21 de Dezembro em Descalvado/SP.

Nesta perspectiva, o sem-terra também aprende desde o momento em que começa a participar das reuniões de trabalhos de base, pois é naquele momento

em que ele passa a construir, a partir de uma formação coletiva, uma consciência crítica com relação ao mundo em que vive.

... Ao processo global que tudo envolve, é comum que se dê o nome de socialização. Através dela, ao longo da vida, cada um de nós passa por etapas sucessivas de inculcação de tipos de categorias gerais, parciais ou especializadas de saber-e-habilidade. Elas fazem, em conjunto, o contorno da identidade, da ideologia e do modo de vida de um grupo social. Elas fazem, também, do ponto de vista de cada um de nós, aquilo que aos poucos somos, sabemos, fazemos e amamos... (BRANDÃO, 2007, p.23).

Para Brandão (2007, p.23), a socialização é um dos processos fundamentais para a formação humana, pois ela "... realiza em sua esfera as necessidades e projetos da sociedade, e realiza, em cada um de seus membros, grande parte daquilo que eles precisam para serem reconhecidos como "seus" e para existirem dentro dela".

Assim aconteceu com as seis famílias que participaram da luta por terra durante sete anos no interior do Estado de São Paulo. Primeiramente as famílias passaram a conhecer o que era de fato um acampamento de sem terras e reconstruíram seus conceitos a respeito do local desconhecido até então. Posteriormente, já como parte daquele contexto, passaram a ter consciência e compartilhar dos objetivos daquelas famílias. Reivindicaram, resistiram e se reafirmaram enquanto uma categoria. Após anos de participação nesta luta, se vêem como responsáveis em melhorar a sociedade e deixar um futuro melhor para as gerações futuras.

Estava trabalhando lá em Minas na colheita de café e vi uns acampamentos, mas eu não conhecia e nem sabia o que era, e me falaram "Olha, é o pessoal lá do sem-terra.". Mas eu não tinha conhecimento, porque eu não tinha consciência política. (...) No dia 18 de dezembro de 1999 nós ocupamos a fazenda. Nós chegamos e mais tantos outros carros, caminhões e ônibus chegaram, eram 1.200 famílias. Dali começamos esta luta. (...) Nós tínhamos que fazer um ato na Chimbó que foi cercar a estrada para sermos vistos pela sociedade. Cercamos a estrada e fizemos nossa reivindicação, aí o grupo decidiu que nós íamos em marcha para São Paulo e nessa caminhada, nós íamos denunciando e fazendo a propaganda da Reforma Agrária. (...) A luta está continuando. Porque nós temos o entendimento que depois que pega a terra a luta continua e é pior ainda, pois têm muitas outras coisas

para reivindicar. Por que nós somos políticos e temos compromisso com a sociedade. (Paulo da Silva⁶, diário de campo 28/09/2010).

Conforme o depoimento acima, podemos reafirmar o que Caldart (2004) chama de "trajetória da formação dos sem-terra", em que se resume em três momentos: *"Sem Terra como trabalhador sem (a) terra que passa a lutar pela terra; Sem Terra como membro de uma organização social de massas que luta pela Reforma Agrária; Sem Terra que, aos poucos, vai se transformando em um lutador do povo."* (CALDART, 2004, p. 162) [grifos dos autores].

Assim, desde então, o sujeito sem a terra se forma e é participante de uma formação coletiva, mútua, recíproca. Passam portanto, a se identificarem como um grupo, de uma determinada classe social, que está em um constante movimento em busca de melhores condições de vida, de garantia de direitos e de compromisso com a sociedade em que vive.

OS CAMINHOS: as ocupações de terra como um modo de fazer afirmações

É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas do judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa... Mas é verdade também que cada vez mais caem cercas a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome.

Pedro Tierra

Nesta parte, tem-se como objetivo trazer à tona a questão das ocupações de terra no Brasil: como se dão, quais os passos seguidos e por que se fazem tão importantes nos movimentos sociais da luta pela terra. Busca-se *colocar no papel* a história e a trajetória feita pelas cinco famílias caminhanes da luta pela terra a partir de suas próprias memórias, ou seja, das memórias coletivas.

⁵Para não expor os entrevistados, decidimos chamá-los por nomes fictícios.

Conforme Fernandes (1999), desde a chegada dos colonizadores portugueses, há 500 anos, a estrutura fundiária do Brasil vem sendo mantida aos mais altos índices de concentração de terras do mundo, ou seja, desde as capitânicas hereditárias concedidas aos nobres portugueses – que deveriam explorar as terras, povoá-las e pagar impostos à coroa portuguesa – aos latifúndios modernos, as grandes propriedades de terras vêm sendo mantidas nas mãos de poucas pessoas.

A criação da propriedade de terra se deu no século XIX para o avanço do sistema capitalista, ou seja, 30 anos antes do fim do sistema escravocrata. Aconteceu de tal forma que as terras pudessem se tornar cativas e os escravizados, posteriormente livres, porém sem terra.

Assim, ex-senhores de escravos passaram a ser senhores da terra, donos de grandes latifúndios no Brasil e, para que isso fosse possível, tornaram-se grileiros de terras. Isso significa dizer que as terras devolutas do Estado foram adquiridas por meio de falsificação de documentos, suborno dos responsáveis pela regularização fundiária e muitos trabalhadores assassinados e explorados. Para que as grandes áreas florestadas pudessem ser transformadas em fazendas produtivas de café ou de gado, os fazendeiros exploravam a mão de obra dos trabalhadores imigrantes e, posteriormente, os expropriavam e os expulsavam das terras.

Os diversos enfrentamentos geraram a morte, muitas vezes o massacre e o genocídio. A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação dos latifúndios frente a resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária. (...) A migração e a peregrinação como esperança de chegar à terra liberta, são marcas da história do campesinato brasileiro. Na luta contra o cerco da terra e da vida, surgiram várias formas de resistência. (FERNANDES, 1999, p. 3).

É neste sentido que é possível pontuarmos diferentes formas de resistência, e de luta pela terra, acontecidas no decorrer da história brasileira, seja nas lutas contra a exploração, contra o cativo, contra a expulsão dos povos indígenas de suas terras com a chegada dos portugueses, lutas através da resistência dos escravizados nos quilombos, dos imigrantes europeus – trabalhadores "livres" – contra os grileiros de terras. Lutas presentes desde as lutas messiânicas⁷ ao

⁷ As lutas messiânicas se caracterizam pela existência de uma liderança religiosa. Isso ►

cangaço e das ligas camponesas às organizações sindicais e movimentos que lutam pela terra. Pois, conforme Bezerra Neto (1998)

É nesse processo de conflitos e lutas pela posse da terra, que se tornou importante a atuação de movimentos organizados, primeiro em defesa da ocupação da terra como forma de reivindicar a redistribuição da propriedade possibilitando a democratização do acesso à terra entre aqueles que delas foram de alguma forma alijados. (p. 32).

Podemos então afirmar que a Reforma Agrária é uma política recente se comparada com o processo de formação dos latifúndios e da luta pela terra. Esta luta toma força com o início das organizações políticas camponesas e emancipação das ligas camponesas na década de 50.

Nesta perspectiva, se faz necessário destacarmos a diferença entre a luta pela terra e a luta pela Reforma Agrária. Pois assim como nos afirma Fernandes (1999, p.1), e como vimos até então, a luta pela terra acontece muito antes da luta pela Reforma Agrária, ou seja, desde as lutas contra os cativeiros, pela liberdade humana, os camponeses lutaram para entrar na terra sob as mais diferentes formas e construíram organizações históricas e diversas formas de resistências.

Uma das formas de resistência que neste texto tratamos é a ocupação de terras. A ocupação de terras é uma forma de resistência dos trabalhadores – expropriados, explorados e excluídos – afirmarem algo ao governo e à sociedade, ou seja, é uma forma de apontar para a população que algo que está errado, algo está faltando em suas vidas, algo lhes foi tirado, roubado.

Juntamente ao Golpe Militar de 1964, segundo Fernandes (1999), veio o retrocesso do país, pois os projetos de desenvolvimento implantados pelos militares aumentaram a desigualdade social, a concentração de renda e terras nas mãos de poucos, a política fundiária, a miséria e, conseqüentemente, o maior êxodo rural da história.

► significa que a fé era a ligação entre ele e seus seguidores. É por isso que alguns autores chamam as revoltas camponesas do período de lutas messiânicas. Dentre elas podemos destacar: a Revolta de Canudos (de 1896 a 1897) no sertão da Bahia; Guerra do Contestado (de 1912 a 1916), ocorrida na fronteira entre Paraná e Santa Catarina; e Guerra do Caldeirão (de 1926 a 1937) na chapada do Araripe, no Ceará (SILVA, 2006).

Durante este período, apesar de muitos trabalhadores estarem em luta pela terra, as ocupações das propriedades foram proibidas e as terras conquistadas por meio deste ato foram devolvidas aos proprietários e os militantes dos movimentos tornaram-se alvos da repressão daquele dado momento histórico (SIGAUD, 2004).

Segundo Sigaud (2004), a partir do final da década de 70, as intenções e características das ocupações de terras eram diferentes das que aconteceram anteriormente aos anos 60, pois após o período militar – inclusive com a expansão dos movimentos sociais e das ocupações de terras em vários estados – estes atos teriam outra finalidade: denunciar e chamar a atenção do governo para os latifúndios improdutivos nas mãos de poucos enquanto havia muitas famílias necessitando de terra. No entanto, atualmente podemos dizer que o ato da ocupação de terras vai além da denúncia das injustiças e má distribuição de terras do país, pois assim como nos definem Görden e Stédile (apud BEZERRA NETO, 1998, p.47):

...as ocupações devem servir para corrigir a injustiça presente e para a mudança da legislação. Ocupar é um direito de legítima defesa de quem já foi ultrajado e expropriado de seus direitos fundamentais. Pois a terra e os bens da terra se destinam a todos os homens, e não apenas a alguns privilegiados.

Podemos também destacar que um dos importantes argumentos dos movimentos sociais que estão na luta pela terra e em busca da Reforma Agrária é que as terras ocupadas, sendo improdutivas, não cumprem sua função social. Esta definição surgiu em 1993, no Congresso Nacional em que estabeleceu-se que a improdutividade das terras caracterizava o não cumprimento de sua função social, caso já previsto no artigo 184, § 2º da Constituição Nacional de 1988, segundo a qual

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (...) § 2º – O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação

(BRASIL, Constituição Federal, artigo 184, parágrafo 2º, 1988).

De acordo com Sigaud (2004), neste período, o INCRA – que até então não tinha uma atuação eficaz – passa a desapropriar terras improdutivas e destiná-las à Reforma Agrária, distribuindo-as às famílias acampadas naquele momento. Conforme a autora nos afirma, estas ocupações de terras passíveis de desapropriação tiveram como exemplo as ocupações feitas no Rio Grande do Sul também organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) naquele período.

Os acampamentos eram muito mais do que mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho. Compreendiam técnicas ritualizadas para realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo como a bandeira do movimento e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos de um acampamento (SIGAUD, 2004, p.14).

É esta combinação de aspectos, que é chamado pela autora de "forma acampamento", modelo este, que foi engendrado no Sul do país, ao longo do processo que encadeou a constituição do MST. Segundo ela, posteriormente, com a locomoção de alguns militantes para o Nordeste, houve a implantação deste modelo progressivamente ajustado às condições locais.

Assim, as ocupações de terras e construções de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, ou seja, meio pelo qual os *movimentos* dizem para o INCRA que precisam de terras; aos proprietários grileiros ou improdutivos que querem as suas terras; e aos outros *movimentos*, que tal ocupação tem dono. Portanto, a "forma acampamento" tornou-se a maneira dos movimentos e os sindicatos, representados pelos trabalhadores rurais, reivindicarem seus direitos, legitimar as demandas da busca pela terra e fazer com que os órgãos responsáveis reconheçam esta demanda e cumpram com seus deveres. Portanto,

(...) Embora parte dos políticos, das instituições governamentais e de pesquisadores da questão agrária não reconheça a ocupação como importante forma de acesso à terra, esta tem gerado a implantação de assentamentos rurais e promovido impactos socioterritoriais em diversos municípios, contribuindo para o desenvolvimento local e regional (FERNANDES, et all, 2003, p.81).

Dentro desta lógica, há de um lado, o Governo afirmando – teoricamente – que a Reforma Agrária será feita dentro dos termos da Lei, sem a necessidade de haver ocupações e, de outro, os movimentos mostrando que, na realidade, só há desapropriações e instalações das famílias na terra quando se coloca em prática esta forma de reivindicação: as ocupações.

Segundo Sigaud (2004), não há uma massa de sem-terra em busca do acesso à terra. Quem cria esta demanda são os *movimentos* ao convidarem os trabalhadores para as ocupações. A partir do momento em que reivindicam a terra, sonham com ela, participam das ocupações e da vida dos acampamentos, estes trabalhadores passam a fazer parte da categoria e são vistos pelos demais, do campo e da cidade, como *sem-terra*.

Isso significa dizer que, na prática, o Estado depende dos movimentos para a seleção dos trabalhadores que serão beneficiados por esta política de distribuição de terra, para a denúncia das terras improdutivas para que as desapropriações sejam possíveis e para a organização das famílias após a conquista da terra.

Por outro lado, os *movimentos* dependem fortemente do Estado para levar adiante estas ações, pois a cada desapropriação de terras e implantação de um assentamento pelo INCRA, mesmo que com problemas, é a confirmação de que o que é anunciado – no momento do trabalho de base – acontece. O que é altamente favorável para a aceitação de novos convites para futuras ocupações.

Neste sentido, podemos assim afirmar que o "Incrá e cada *movimento* estão assim vinculados por relações de dependência recíproca e de cooperação tácita (...). A demanda por terra é produzida pelos *movimentos* e alimentada pelas práticas do Estado." (SIGAUD, 2004, p.22). [grifos da autora].

O Estado é a instituição competente para desenvolver uma política de reforma agrária, mas não tem conseguido efetivá-la. Nas últimas décadas há evidências irrefutáveis que o MST tem se territorializado por todas as regiões brasileiras, principalmente por meio da luta pela terra e, dessa forma, tem impulsionado as políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais (FERNANDES et all, 2003, p.81).

Conforme nos afirma Fernandes (1999), "... A política de assentamentos do governo federal e de alguns governos estaduais é apenas uma resposta às ações do sem-terra. Essa política não existiria sem as ocupações." A partir dos autores citados anteriormente, podemos afirmar esta relação entre os movimentos sociais com o INCRA, mas no entanto, esta relação não é nada tranquila ou estável,

muito pelo contrário, as ocupações, os atos políticos, os embates e pressões contra o Estado são algumas ferramentas que os movimentos utilizam para pressionar o Estado a cumprir, minimamente e ainda falho, seu trabalho, ou seja, desapropriar terras e assentar as famílias.

A HISTÓRIA: um registro a partir das falas dos caminhantes

*E viva a vitória no chão
Sem a concentração
Dos latifundiários
Seguimos ocupando terra
Derrubando cercas
Conquistando chão
Zé Pinto*

Em dezembro de 1999 teve início o acampamento "Dom Hélder Câmara" na fazenda Chimbó, localizada na rodovia Brigadeiro Faria Lima no município de Matão, interior do estado de São Paulo. Mil e duzentas famílias se juntaram ao MST e acamparam no local. Todas com a mesma esperança de conseguir um lote de terra.

No dia 18 de dezembro de 1999 nós ocupamos lá. Nós chegamos e havia mais tantos outros ônibus, caminhões, carros com as mudanças chegando. Foi aquela festa danada e na verdade, foram 1.200 famílias, era uma cidade praticamente. Éramos organizados em 32 grupos, cada grupo tinha o seu coordenador, de vários tipos: coordenador da segurança, da saúde, da higiene, da alimentação, da educação, da cultura. Uma coisa bem estruturada mesmo. E dali começamos esta luta. (Paulo da Silva, diário de campo 28/09/2010).

Inicia-se para estas famílias uma trajetória que traria muitas experiências e lições de vida, corajosas e esperançosas de um futuro melhor. Deixaram uma vida toda para trás nas respectivas cidades de origem, abandonaram tudo, para iniciar a luta por um pedaço de terra.

Após três meses neste acampamento, estas famílias foram notificadas que seriam despejadas. Apenas uma das várias ameaças que viriam pela frente. Logo após a notícia, várias famílias desistiram. Apenas 122 famílias das 1.200 permaneceram na luta, mudaram para a fazenda Santa Avóia no município de

Barretos/SP. Em condições sub humanas, famílias que não podiam arcar com as despesas da mudança individual, tiveram que se submeter às condições que o caminhão coletivo gratuito podia lhes oferecer. Crianças, idosos, animais e pertences pessoais foram transportados em um caminhão de boi. Percorreram mais de 100 km, partiram para um local onde jamais haviam estado, em direção a um futuro incerto.

Neste local, não havia água e as condições de sobrevivência eram muito precárias. Algumas famílias se juntaram em comissões e arrecadaram alimentos nas cidades vizinhas, a moradia era um barraco de lona preta à beira da estrada onde os moradores sofriam com os veículos imprudentes que ali transitavam.

O grupo era dividido em subgrupos de base e "todos" deviam participar de alguma coordenação. Havia equipes de saúde (viabilizava condução para ir ao médico e remédios para os acampados), de educação (que resolvia as questões relacionadas à educação: ônibus escolar, matrícula, material escolar, etc.), almoxarifado (montava as comissões que iriam arrecadar alimentos e os distribuíam para as famílias), com coordenadores e seus suplentes. A grande união do grupo era cativante, aquele ânimo do início movido por esperança de um futuro feliz, um espírito de luta que poderia superar qualquer tipo de dificuldade.

Em meio a várias reintegrações de posses e muitas mudanças da estrada para a fazenda e vice-versa, as famílias permaneceram por dois anos no local. O tempo passava e a dificuldade de permanência na luta aumentava.

Algumas famílias mudaram para outros acampamentos e foram assentadas muito antes do que aquelas que ali permaneceram⁸. Restaram naquela estrada, apenas 55 famílias que ficaram sem a coordenação do MST e decidem se desvincular desta organização.

Lá no acampamento nós "baixamos a bandeira" do MST e continuamos com o Padre Noel como liderança dando apoio às famílias e o Piauí como segundo líder. Nós não tínhamos mais como ficar ali, porque éramos em poucas famílias. Até que o prefeito da cidade começou a "rondar", mandou algumas pessoas da pastoral para investigarem quantas crianças nós tínhamos, quantas pessoas éramos. Era um acampamento muito extenso e

⁸Neste período, algumas famílias ocuparam uma fazenda próxima a Ribeirão Preto e foram assentadas.

eles achavam que haviam muitas famílias e não daria para mexer com nós, mas feito este mapeamento, descobriram que não havia muitas pessoas assim (Vanderlei, diário de campo 28/09/2010).

Como vimos no depoimento acima, somente com a direção política do Padre Noel e do Piauí, o grupo sofre uma nova ação de despejo da estrada e decidem se refugiar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barretos. Neste processo seus pertences foram retidos no almoxarifado municipal, por isso precisaram fazer arrecadações de comidas, roupas, colchões, roupa de cama entre outras coisas de primeiras necessidades. Entretanto, após terem recusado uma proposta de ocupação em outra fazenda, estas famílias foram expulsas do Sindicato por outras 20 famílias organizadas pelo próprio presidente desta entidade

Mais uma vez sem destino, crianças, idosos, adultos, dormiram em uma Praça até que o Bispo da cidade oferecesse moradia em uma propriedade da igreja que se localizava a cerca de 50 km de Barretos, chamada Povoado Prata. Foram muito bem acolhidas nesse local, entretanto, não havia muitas condições de subsistência ali; os pais tinham dificuldade de sustentar seus filhos, não passaram fome, mas quase isso. A refeição principal era composta pelos alimentos arrecadados na cidade de Barretos e os peixes pescados do rio que havia próximo ao acampamento.

Neste momento, algumas famílias já não agüentavam mais a pressão e as condições de vida que lhes eram possíveis, algumas voltaram para suas respectivas cidades. Já para as outras, voltar para casa seria muito difícil, pois já não restava mais nada, uma vez que se desfizeram de seus pertences para morar no acampamento. Para estas pessoas haviam apenas duas saídas: esperar para ver o que aconteceria ou, com muita força de vontade, mudar aquela situação.

Reuniram-se em assembleia, organizaram-se e decidiram, todos juntos, que teriam que mudar esta realidade. O coordenador, Piauí, buscou ajuda junto ao presidente da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), Élio Neves, que aceitou dar apoio político⁹ às 40 famílias que restaram.

Na direção da FERAESP, juntaram-se com um grupo também dissidente do MST que estava acampado na beira da estrada da Fazenda Experimental de Colina/SP, por mais de 6 anos. Neste momento formou-se um grupo maior.

⁹Além do apoio político, a FERAESP auxiliou no transporte e distribuição das cestas básicas para os acampados, fez negociações com a polícia e o prefeito da cidade para impedir os despejos e mostrou caminhos para o grupo.

Organizados e com apoio se fortaleceram, fizeram trabalho de base, formaram um grupo de 150 famílias e ocuparam a fazenda. Logo em seguida, na reintegração de posse da fazenda houve conflito com a polícia, o qual terminou com 10 acampados feridos e três presos pela Polícia Militar.

Depois desse conflito, o grupo mudou novamente para a estrada, mas após alguns meses receberam a notícia de um novo despejo. Sem muito sucesso em continuar no local, estas famílias se mudaram para um lote irregular em um assentamento no município de Ibitiúva (próximo a Pitangueiras, interior de São Paulo). Permaneceram no local por aproximadamente 2 anos e, depois, migraram para o assentamento Monte Alegre na região de Matão.

Alguns meses depois se mudaram para um acampamento muito antigo na região de Boa Esperança do Sul chamado Cachoeirinha e logo na próxima mudança várias famílias ficaram neste acampamento, na expectativa de conseguirem seu lote mais rápido. Infelizmente, estas famílias ainda não conseguiram o tão esperado lote de terra.

Após várias mudanças, tendo em vista que as fazendas de Descalvado já vinham sofrendo um processo de transferência da União para o INCRA, o pequeno grupo se dividiu em subgrupos e um deles acampou no escritório do INCRA em Araraquara. Os outros acamparam em São Carlos na fazenda Santa Helena e em Descalvado, quando tiveram a informação que o MST iria ocupar estas fazendas, mesmo antes da aprovação do INCRA. Decidiram então ocupar estas terras. E no dia 21 de dezembro de 2005, 66 famílias ocuparam a fazenda Santa Clara, tendo como principal objetivo em comum um lote de terra para o sustento de seus filhos e melhores condições de vida. Seria o início do Assentamento PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro.

Posteriormente aos longos processos judiciais, lutas e desafios, o INCRA, no dia 16 de outubro de 2006, considerou como oficial o assentamento chamado por todos de PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro, nome inspirado na data da ocupação destas terras. Naquele momento, após sete anos de sonhos e lutas, das 36 famílias que compunham este grupo original¹⁰, apenas seis famílias fazem parte do assentamento. As demais vieram de outros trabalhos de base feitos na região¹¹, no decorrer desta longa caminhada.

¹⁰Grupo originário da 1ª ocupação na cidade de Matão. Vindos das cidades do estado de São Paulo Araraquara, Jaboticabal, Tabatinga e Teresina do estado do Piauí.

¹¹Monte Alto, Bebedouro e Campinas.

Considerações finais

No decorrer destes anos de luta pela terra, na condição de acampada, vivenciei vários dos momentos bons e ruins pelos quais passamos até a obtenção de um lote de terra. Hoje, na condição de filha de assentado e universitária, tenho a oportunidade de reconstruir esta história/memória que está guardada em muitas pessoas que sentiram este processo na pele.

Por um lado, o registro da história de luta pela terra é importante para mostrar como são difíceis as condições para que uma família seja assentada, seja no relacionamento com outros atores sociais ou pela própria persistência de continuar na luta. Por outro, é importante para a trajetória deste assentamento e para as gerações futuras saberem o valor da luta social de seus familiares.

Atualmente, 18 famílias estão assentadas na comunidade Agrária 21 de Dezembro e, destas, apenas seis desde a primeira ocupação em 1999. São famílias que aprenderam, ensinaram e fizeram muitas afirmações durante esta caminhada da luta pela e terra conseguiram alcançar parte de seus objetivos para reconstruir suas vidas. Entretanto, ainda continuam a luta após a constituição do assentamento, pois a entrada na terra não significa o final de suas reivindicações, frustrações e conquistas.

Referências

ANDRIOLI, Joceli. [et all]. Sujeitos adultos do Campo: sua formação nos movimentos sociais. IN: CALDART, Roseli S.; DOLL, Johannes; PALUDO, Conceição. [orgs]. **Como se formam os adultos do campo?** Idosos, adultos, jovens crianças e educadores. Brasília/DF: PRONERA: NEAD, 2006. pp. 51-72

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem Terra aprende e ensina:** Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp: Campinas/SP, 1998

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ler e escrever: as palavras e o mundo. Cap. 1. IN: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [org]. **De Angicos a ausentes:** 40 anos de educação popular. Porto Alegre?/RS: MOVA-RS; CORAG, 2001. pp. 13 - 41.

_____. **O que é educação.** São Paulo/SP: Brasiliense, 2007 (Coleção primeiros passos, 20)

BRASIL, **Constituição Federal** (1988). Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/01/2011.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3 ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2004

FERNADES, Bernardo M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Revista de Cultura Vozes n°2, 1999. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/43541772/Brasil-500-Anos-de-Luta-Pela-Terra>> . Acesso em 18/01/2011

_____. **A ocupação como forma de acesso à terra.** Vozes Sem Terra. novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=OCCUPATI778&ng=p&sc=3&th=42&se=0>>. Acesso em: 05/03/2011

_____; MENEGUETTE, Arlete ; LEAL, Gleison M. ; FAGUNDES, Diana C. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP. IN: BERGAMASCO, Sonia M. P. P. ; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera L. S. B. [orgs] **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas/SP: FEAGRI/UNICAMP ; Araraquara/SP : UNIARA ; São Paulo/SP : INCRA, 2003. pp. 79-104 Cap. V.

LE GOFF, Jacques. Memória. IN: LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1996 pp. 423-477

LUCINI, Marizete. **Memória e História na formação da identidade Sem Terra no assentamento conquista na Fronteira.** Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

SIGAUD, Lygia. **Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil.** Quadernos de Antropologia Social, n. 20, 2004. p. 11-23. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n20/n20a02.pdf>>. Acesso em: 06/01/2011

SILVA, Maria do Socorro. **A história das nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural.** I Módulo do Curso de Formação Política da Escola Nacional de Formação da CONTAG, de 14 a 25 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.lecampo.com.br/arquivos/textos_artigos/Texto_A_HISTORIA_DAS_NOSSAS_RA%C3%8DZES_Socorro_Silva.pdf> Acesso em: 14/04/2011

